

A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – 2012 (RIO + 20): UMA BREVE AVALIAÇÃO APÓS CINCO ANOS

Leandro Dias de OLIVEIRA
Departamento de Geografia, UFRRJ [Seropédica, Brasil]
ldiasufrj@gmail.com

Dedico este texto à Helena Pina, com amizade.

Resumo

Em 2012 ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), que reuniu 193 delegações diplomáticas para discutirem, na cidade do Rio de Janeiro, o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável. Este artigo, baseado em uma leitura geopolítica desse encontro, objetiva refletir sobre a construção desse receituário “incontestado” para a consecução de um equilíbrio sócio-ecológico planetário, cujo escopo é o ajuste da natureza aos interesses econômicos através de estratégias para a conservação das riquezas naturais situadas, em maior parte, no território dos países periféricos. Neste breve balanço, é possível perceber as incongruências, limites e potencialidades das formulações da conferência.

Palavras-chave: geopolítica; desenvolvimento sustentável; meio ambiente; Rio+20.

Abstract

In 2012, occurred the United Nations Conference on Sustainable Development (Rio + 20), which brought together 193 diplomatic delegations to discuss in the city of Rio de Janeiro the model of ecologically sustainable development. This article, based on a geopolitical reading of this event, reflects on the construction of this recipe “undisputed” to achieve a global socio-ecological balance, whose scope is the adjustment to the economic interests of nature through strategies for conservation of natural resources located in most of the territories of peripheral countries. In this brief report, it is possible to notice the inconsistencies, limitations and potential of the conference proposals.

Keywords: geopolitics; sustainable development; environment; Rio +20.

1. Introdução

Em 2012, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), que reuniu 193 delegações diplomáticas para discutirem na cidade do Rio de Janeiro o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável. Dividida entre o Riocentro, onde estiveram reunidas as delegações diplomáticas e chefes de governo, e o Aterro do Flamengo, onde ocorreu o “Cúpula dos Povos”, com a participação de ONGs e Movimentos Sociais, a Rio + 20 permite realizar uma leitura geográfica do contexto territorial global e local. Os objetivos aqui

podem ser assim sintetizados: [1] refletir sobre os pressupostos e legados da Rio + 20; [2] pensar a Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável; por fim, [3] fazer um breve balanço da conferência cinco anos depois.

2. Pressupostos analíticos

Parte-se do pressuposto neste trabalho que o desenvolvimento sustentável implica na construção de uma nova realidade espacial e propõe um profundo acerto técnico nas relações econômico-industriais. Em tempos de capitalismo industrial-financeiro (ver: Chesnais, 1994) – o termo parece adequado quando percebemos que está em curso um novo processo de industrialização, localizado particularmente na periferia do sistema-mundo, como por exemplo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Oliveira, Rocha, 2014) – e aprofundamento da sociedade de consumo, a mudança proposta pelo desenvolvimento merece uma leitura próxima o que podemos denominar reestruturação territorial-productiva.

A problemática ambiental contemporânea impôs aos países centrais uma profunda mudança no perfil de suas fábricas, já que a poluição, com seus aquecimentos globais subsequentes, é a “inimiga” a ser enfrentada. Houve progressivamente uma migração do alvo dos debates ambientais, antes focado na poluição e agora com escopo na proteção da biodiversidade, que, por conseguinte, transferiram o vínculo espacial dos problemas ambientais do centro para a periferia do sistema-mundo, tornando o Brasil um país central nos debates ambientais. Mas como é notório, com o esgotamento de fordismo nos países centrais e quebra das fronteiras produtivas pela globalização, a grande indústria desertou para os países outrora entendidos como subdesenvolvidos. Segundo Slavoj Žižek (2009 [2008], p. 28), com a deslocalização das fábricas exportou-se o lado sombrio da produção industrial – trabalho disciplinado e hierarquizado, contaminação ambiental etc. – para o Terceiro Mundo, ou melhor, para lugares invisíveis ao mundo desenvolvido.

Por outro lado, nestes países periféricos assistimos a emergência de um fordismo extemporâneo, cuja adequação ao desenvolvimento sustentável é seletiva e ideológica. Permanece assim um estilo de desenvolvimento, nascido com a revolução industrial e reforçado pelo fordismo, onde a natureza se transformou em “combustível” – ou seja, matérias-primas e recursos naturais – e o homem (proletário) em “engrenagem” na máquina econômica mundial. E, evidentemente, ao invés de se pensar em uma reformulação profunda no significado de desenvolvimento, cada vez mais mecanizante e excludente, assistimos o fausto de seus pressupostos técnicos. A concepção hegemônica de desenvolvimento acaba se afastando cada vez mais de processos de melhorias das questões sociais quando embates infrutíferos sobre as possibilidades de sucesso de novos modelos de desenvolvimento o mantém com caráter técnico-econômico, como o modelo com qualificativo sustentável.

Assim, a construção do desenvolvimento sustentável implica particularmente no aprofundamento de atitudes que estão alinhadas com a reestruturação territorial-productiva em curso, como:

[1] Mudança no padrão de uso das riquezas naturais, através da adoção do princípio de uso racional da natureza, com manutenção e renovação de estoques, garantindo matérias-primas mais criteriosamente utilizadas e lucrativas;

[2] Renovação do parque tecnológico-industrial com engenharia ecologicamente correta, de maneira que filtros e outros mecanismos antipoluição forneçam ainda mais subsídios para uma renovação técnica, fundamental para as indústrias neste início de século;

[3] Investimento em fontes alternativas de energia, em um horizonte de renovação na alimentação da tecnologia existente; o fortalecimento das engenharias no campo biológico-genético é bem-vindo por explorar justamente a possibilidade de se produzir “natureza” em larga escala;

[4] Transformação da ideologia do desenvolvimento sustentável (ou das práticas ambientalmente corretas) em interesse comum, aproximando diferentes atores da sociedade civil através de um consenso forjado, possibilitando que se torne agenda dos mais variados sujeitos sociais do presente;

[5] Controle de territórios, cada vez mais geopolitizados e espacialmente fluidos, incorpora, agora com gabarito técnico-jurídico, a necessidade de transformar de forma estatutária a natureza em valor, etiquetando-a segundo as necessidades do capital (Smith, 1988).

Inserido na reestruturação espacial contemporânea que assistimos, entendemos que o desenvolvimento sustentável está no bojo das necessidades produtivas do capital neste século que se inicia. Em pares dualísticos, globalização e neoliberalismo, desenvolvimento sustentável e reestruturação territorial-produtiva, afastam as decisões reais do processo tão necessário de construção coletiva, maior autonomia e liberdade.

3. A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável

Denominamos o projeto político de dominação territorial com base no controle das riquezas naturais, articulado estrategicamente de forma diplomático-protocolar, destacadamente através das grandes conferências, de “Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável” (Oliveira, 2011, 2012 e 2014). E para compreender os pressupostos da Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável em sua plenitude torna-se fundamental empreender “uma releitura da relação entre poder e território” (Rodrigues, 1998, p.

130), pois se trata de um novo significado da geopolítica na contemporaneidade, “que não mais atua na conquista de territórios, mas na apropriação da decisão sobre seu uso” (Becker, 2004, p. 21).

Isto porque o desenvolvimento sustentável corresponde a um acerto de ordem geopolítica, uma vez que as matérias-primas localizadas nos países periféricos requerem cuidados protocolares para evitar que a máquina político-econômica do desenvolvimento coloque em risco os estoques de natureza existentes. Este controle pactuado internacionalmente através de diversos protocolos – com destaque para a Agenda 21, assinada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (conhecida como Eco-92), entre outros acordos –, não pode ser compreendido de maneira simplista: não é que aquilo que entendemos como natureza (divorciada do homem) encontra-se extinta nos países centrais, mas sim o fato de riquezas naturais primordiais para a manutenção da potência produtiva – petróleo, água, recursos florestais, para ficarmos somente nestes exemplos – encontrar-se peremptoriamente localizadas nos países periféricos. Acresça-se aqui outro ponto nevrálgico: os países ditos periféricos já detêm em grande parte tecnologia semelhante – quando não superior – para a extração destes recursos, e a disciplinaridade ambiental recoloca os países mais ricos como detentores de métodos “ecologicamente corretos” de gestão da natureza que agora deve ser protegida (Oliveira, 2014).

Ocultado como geopolítica, o desenvolvimento sustentável ainda se consolida como uma ideologia contemporânea, de grande capacidade de sedução e diapasão. Não é por outro motivo que suas implicações se espraiam rapidamente como políticas de Estado em suas diversas escalas, na plataforma de ação de diferentes empresas, nas escolas, universidades, imprensa e mídias diversas, assim como nas políticas de planejamento urbano, agrícola e de transportes. Todavia, com os olhares novamente voltados para a Eco-92, podemos apontar que as discussões propostas no âmbito da sustentabilidade oferecem, em meio às operações geopolíticas, possibilidade utópicas de construção de um mundo melhor.

4. Rio + 20: um breve resumo

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio + 20, ocorreu entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. Esta mega-conferência superou em número de delegações oficiais a Rio-92 (ou Eco-92) e a Cúpula do Milênio [Nova Iorque, Estados Unidos, 2000] se tornando a maior de todos os tempos, ao totalizar a participação de representantes de 193 países, com a presença de mais de 100 chefes de Estado e de Governo e aproximadamente 12.000 delegados oficiais. O número total de participantes oficiais na Cúpula das Delegações realizada no Centro de Convenções Riocentro foi de 45.381 pessoas.

Em paralelo à Cúpula das Delegações, no Riocentro, ocorreu a Cúpula dos Povos da Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, no Aterro do Flamengo. A Cúpula dos Povos norteou seus trabalhos em três

eixos centrais: [1] denunciar as causas da crise socioambiental; [2] apresentar soluções práticas e, por fim, [3] fortalecer movimentos sociais do Brasil e do mundo. Com as atividades da Rio + 20 dissipadas por toda a cidade – além do Aterro do Flamengo e Riocentro, ocorreram eventos paralelos no Parque dos Atletas e Arena da Barra, na Barra da Tijuca, Píer Mauá e Galpão da Cidadania, na área central, além do Forte de Copacabana –, a Cúpula dos Povos não conseguiu romper com a estética de ser apenas uma “festa” e fazer com que suas demandas fossem levadas em consideração pelas delegações presentes no Riocentro.

A Rio + 20 revelou, acima de tudo, a desconfiança prévia destes megaencontros diplomáticos, seja pela mera descrença sobre a política (e sobre os políticos) – o atual momento político brasileiro é ao mesmo tempo didático e lamentável, após a consumação de um golpe jurídico-parlamentar que depôs a presidente Dilma Rousseff e iniciou uma nova era de incerteza em nossa jovem e frágil democracia –, seja pela certeza da incapacidade de eventos deste porte resolverem os problemas mais cadentes da humanidade. Evidentemente, toda questão internacional é uma complicada equação a ser resolvida como em um tabuleiro geoeconômico. Como cada delegado-diplomata lê qualquer documento da conferência prioritariamente por meio dos interesses de seu país, a solução acaba sendo justamente a formulação de protocolos abertos em cartas frágeis e de intenções elásticas, como pouco lastro prático-concreto.

Algumas medidas há muito tempo discutidas não avançaram:

(i) a constituição de um Fundo Verde não logrou sucesso, sendo mantido o Global Environmental Facility (GEF), que está inserido no Banco Mundial e sujeito à lógica das instituições de Bretton Woods;

(ii) medidas severas sobre controle de poluição não foram alinhavadas, devido às dissonâncias entre os conselhos diplomáticos e chefes de Estado;

(iii) a questão das patentes permaneceu sob os auspícios da Rodada Uruguai e do Acordo TRIPS (Acordo sobre Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio), que nem sempre privilegia o que é melhor para o meio ambiente. A Rio + 20 não trouxe esperanças neste sentido.

Da mesma maneira, a Rio + 20 se consolidou como o corolário de um processo de consagração do desenvolvimento sustentável e consolidação do binômio economia-ecologia sob o manto da chamada “Economia Verde”. Tal termo implicou numa leitura econômica da questão ambiental e, ao privilegiar a economia, a Rio + 20 gerou desinteresse, desconfiança e ceticismo. O verdadeiro *show-room* que ocorreu no Parque dos Atletas, onde todos os países participantes apresentaram pavilhões com *stands*

contendo as mais diferentes possibilidades de adoção de princípios de sustentabilidade, causou ainda mais a impressão da Rio + 20 ter sido uma grande “feira de negócios” (Consultar nos Anexos as imagens dos *stands* do Parque dos Atletas).

Por outro lado, as ONGs e movimentos sociais de cunho ambientalista não consolidaram discursos alternativos e se dividiram entre os que adotam práticas empresariais e aqueles que praticam um radicalismo discursivo ingênuo e pouco efetivo. A Rio + 20 não conseguiu romper com a estética da festa e a Cúpula dos Povos legitimou as decisões tomadas no Riocentro, auferindo a toda conferência – assim como o que ocorreu em 1992 – um estigma de “Festa do Meio Ambiente”, inócua socialmente e economicamente lucrativa (Consultar nos Anexos as imagens da Cúpula dos Povos).

5. Conclusão

Ao contrário da ideia de decepção e fracasso alardeados após o final da Rio +20, é possível afirmar que esta conferência apenas confirmou algumas desconfianças que emergiram neste *intermezzo* de duas últimas décadas que a separam da Eco-92:

[1] O desenvolvimento sustentável não se refere a uma ruptura do modelo hegemônico de produção de mercadorias a qualquer custo, mas trata-se não mais que um ajuste ecológico da máquina econômica capitalista; logo, a adoção da “Economia Verde” revela definitivamente a conciliação economia-ecologia sob os auspícios da ONU;

[2] Houve uma saturação da questão ambiental, tratada geralmente de maneira catastrofista, na grande mídia, o que se tornou ainda mais evidente com a cobertura em “tempo real” da Rio + 20, através de estúdios ambientados nos espaços de debates e eventos, tanto na Cúpula das Delegações quanto na Cúpula dos Povos;

[3] Consolidou-se, conforme anteriormente indicado, a desconfiança destes mega-encontros diplomáticos, pautada na descrença sobre a política (e sobre os políticos) e pela certeza da incapacidade de megaeventos deste porte em resolver os problemas mais cadentes da humanidade;

[4] Algumas medidas de cunho econômico-ambiental há muito tempo discutidas não serão implementadas em curto prazo se dependerem de acordos firmados nestas grandes conferências. O *Global Environmental Facility* (GEF) é o melhor exemplo, pois se trata de uma ação eminentemente econômica e não um verdadeiro fundo de investimentos em melhorias no meio ambiente.

[5] A aceitação inequívoca e universal dos princípios do desenvolvimento sustentável pelas maiores empresas do mundo não significou mudanças estruturais, mas sim a vulgarização de experiências de obtenção de lucros a partir de inventos tecnológicos anti-contaminantes.

[6] As ONGs e movimentos sociais de cunho ambientalista não ofereceram alternativas à sustentabilidade, acabando por repetir os discursos dominantes ou tecer críticas demasiado distantes da concretude.

Assim, a Rio +20 não conseguiu romper com a estética da festa (Oliveira, 2011), e se “a história se repete como farsa” (Marx; Engels, 2001), a Cúpula dos Povos se mostrou uma caricatura da Eco-92, com o sentimento de perda de capacidade de transformação. O fato das ONGs se consolidarem como importantes atores aceitos em termos gerais pelo regime internacional (Altvater, 1999) não impediu uma ação mais incisiva das mesmas. A Cúpula dos Povos novamente legitimou — ainda que à revelia — as decisões tomadas no Riocentro, auferindo a toda conferência um estigma de “Festa do Meio Ambiente”.

O legado imediato da Rio + 20 ainda é difícil de mensurar, mas apoia-se em fatos como o sucesso do desenvolvimento sustentável no meio empresarial, onde as empresas adotam cada vez mais o meio ambiente como forma de obter lucros – por meio de experiências de despoluição, de filtragem e de replantio –, ou da consolidação das cidades ambientalmente corretas, que tornam-se progressivamente uma tônica da urbanização pós-moderna, com a paulatina adoção arquitetura ecológica, formas de tratamento e reutilização de água e coleta seletiva de lixo. Entretanto, estes avanços são seletivos e muito modestos em países periféricos, onde quadros de pouca regulação ambiental e segregação social urbana não serão revertidos com ações pouco enérgicas por parte do Estado.

O principal ponto desta sintética avaliação é que, assim como na cidade do Rio de Janeiro – sede da conferência –, em grande parte do mundo há uma certeza indisfarçável: o sustentável não é o problema e nem precisa de mais debate; assim, o que é fundamental para se pensar é uma reformulação – a partir das esferas política, econômica, social, cultural, urbana, agrária e ambiental – do conceito de desenvolvimento. A grande vitória da Rio + 20 foi consolidar esta realidade: pensar a sociedade e o modelo de desenvolvimento vigente como o verdadeiro grande desafio deste século que se ainda se inicia.

6. Bibliografia

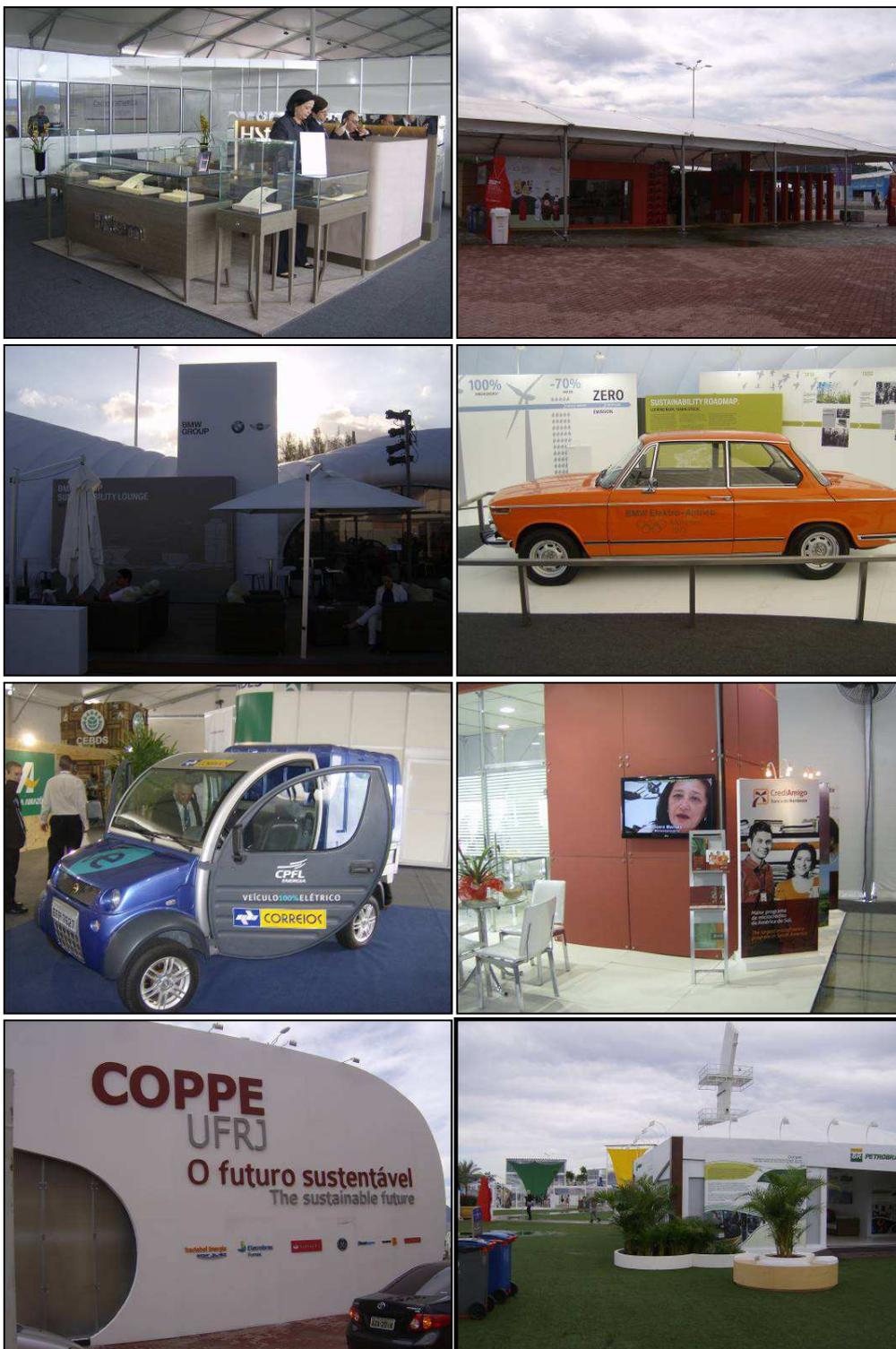
- AGENDA 21. (1996). CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *A Agenda 21*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas/
- ALTVATER, Elmar (1999). Reestructuring the space of democracy. The effects of capitalist globalization and the ecological crisis on the form and substance of democracy. *Ambiente e Sociedade*. Campinas, SP, Ano II, n.º 03 e 04, NEPAM / UNICAMP, 1.º Semestre.
- BECKER, Bertha (Org.) (2004). *Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio*. Rio de Janeiro: Garamond.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem (Org.) (1988). COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - 1988. *Nosso futuro comum* (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- CHESNAIS, François (1996). *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (2001). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes.
- OLIVEIRA, Leandro Dias de (2011). *A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: Um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (RIO-92)*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade de Campinas.
- OLIVEIRA, Leandro Dias de (2012). Os Limites do Crescimento 40 anos Depois: Das Profecias do Apocalipse Ambiental ao Futuro Comum Ecologicamente Sustentável. *Continents - Revista de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ano 1, N.º 1, p. 72-96, Jul./ Dez. 2012. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/revistaconti/pdfs/1/ART4.pdf>.
- OLIVEIRA, Leandro Dias de (2014). Rio + 20: Reflexões sobre geopolítica e ideologia. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano 2, Número 4, Jan./Jun. de 2014. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/854>.
- OLIVEIRA, Leandro Dias de; ROCHA, André Santos da (2014). Neodesenvolvimentismo e reestruturação produtiva: O processo de reordenamento territorial no Oeste Metropolitano Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil) In: Helena Pina; Paula Remoaldo; Maria da Conceição Ramos; Helder Marques. (Org.). *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu: Diversidade Territorial e Oportunidades de Desenvolvimento num Cenário de Crise* (pp. 126-142). Porto: Fundação Universidade do Porto - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, v. 1,
- RODRIGUES, Arlete Moysés (1998). *Produção e Consumo do e no Espaço: Problemática Ambiental Urbana*. São Paulo: Hucitec.
- SMITH, Neil. (1988). *Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- ŽIŽEK, Slavoj (2009). *Violência: seis notas à margem*. Lisboa: Editora Relógio D'Água.

ANEXOS

Imagens da conferência



Imagens: Parque dos Atletas, na Barra da Tijuca, onde governos de diferentes escalas apresentaram seus "produtos e projetos ambientais": Estande dos Estados Unidos [Imagem 1], fechado em grande parte do evento [Imagem 2]; Estandes de Israel [Imagem 3], China [Imagem 4], Indonésia [Imagem 5], Brasil [Imagem 6], Yokohama [Imagem 7] e Portugal [Imagem 8]. Todos os registros são de autoria de Leandro Dias de Oliveira (Acervo Pessoal).



Imagens: Parque dos Atletas, onde empresas privadas e estatais também apresentaram seus "produtos e projetos ambientais": Stands da Joalheira H.Stern [Imagem 9], da Coca-Cola [Imagem 10], da BMW [Imagem 11] com um carro elétrico antigo em destaque [Imagem 12], dos Correios do Brasil [Imagem 13], do Banco do Nordeste (Brasil) [Imagem 14], da COPPE-UFRJ [Imagem 15] e Petrobrás [Imagem 16]. Todos os registros de Leandro D. de Oliveira.



Imagens: Cúpula dos Povos, no Aterro do Flamengo – stands, plenárias, feirinhas, apresentações, fantasias [Imagens 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24]. A imagem de “Festa do Meio Ambiente” se sobrepôs assim como na Eco 92. Todos os registros são de autoria de Leandro Dias de Oliveira (Acervo Pessoal).